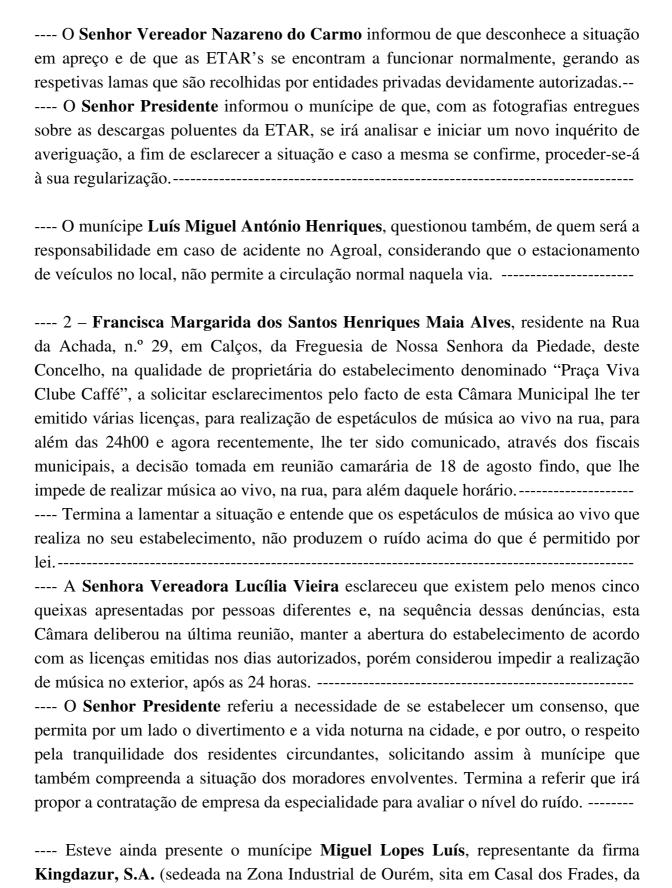


ATA N.º 23 (REUNIÃO PÚBLICA)

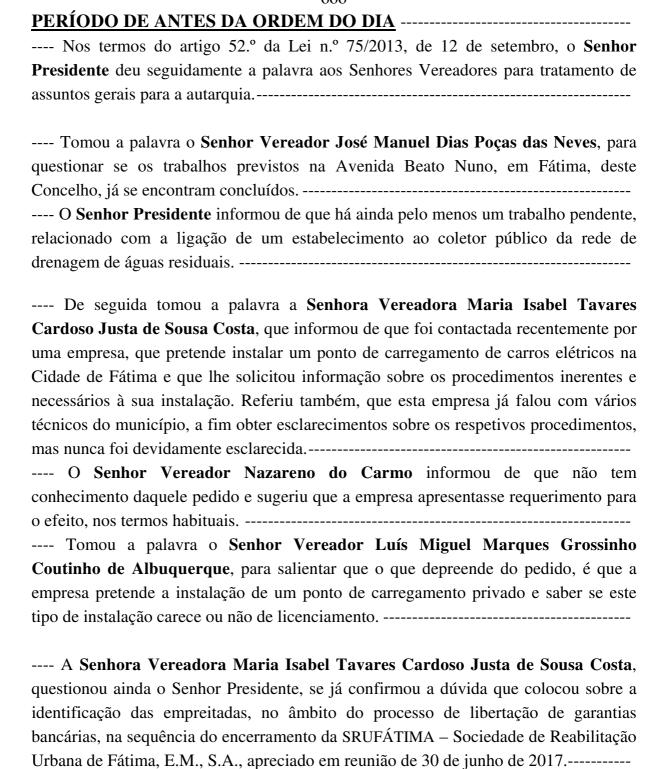
Aos um dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA
FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO
JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA
MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e ANTÓNIO
ALFREDO MANALVO DA SILVA, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da
Divisão de Atendimento ao Munícipe
OOXXXOO
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
OOXXXOO
000
<u>INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE</u>
De acordo com o que foi deliberado na reunião de 29 de maio de 2015, a Câmara
começou por ouvir os munícipes presentes, mediante a seguinte ordem:
1 – Luís Miguel António Henriques, residente em Casal da Mendacha, Lote n.º
5, em Suimo, da Freguesia de Sabacheira, do Concelho de Tomar, a questionar, mais
uma vez, na sequência de exposição que apresentou em reunião de 04 de agosto findo
se o Sr. Presidente já apurou os factos e a origem das descargas constantes e poluentes.
oriundas das ETAR's de Seiça e de Alto Nabão, para a Ribeira de Seiça e Rio Nabão,
respetivamente. Entende ainda, que as mesmas se devem ao mau funcionamento
daquelas ETAR's, tendo apresentado fotografias que demonstram a descarga à saída
da ETAR e convidado todo o executivo para uma visita ao local



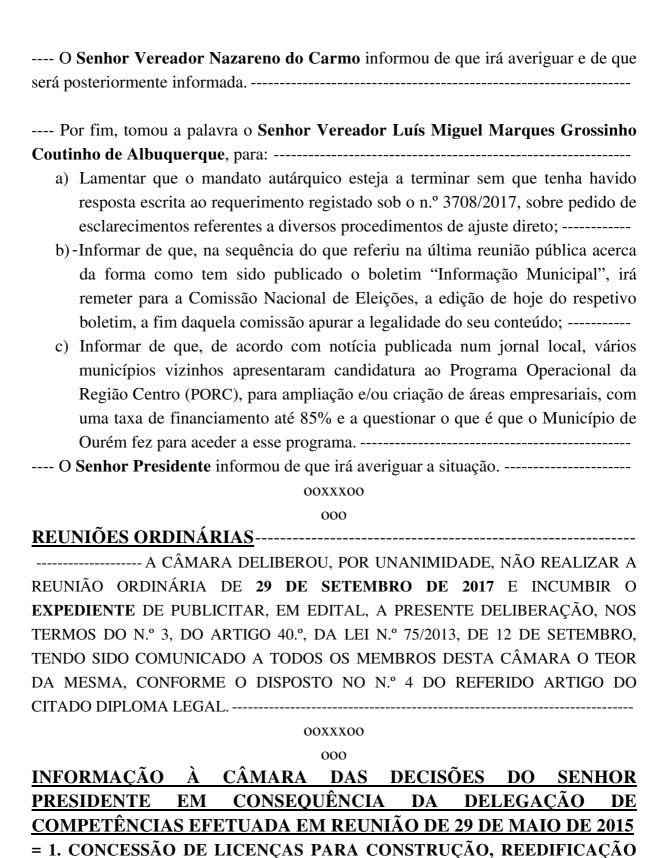




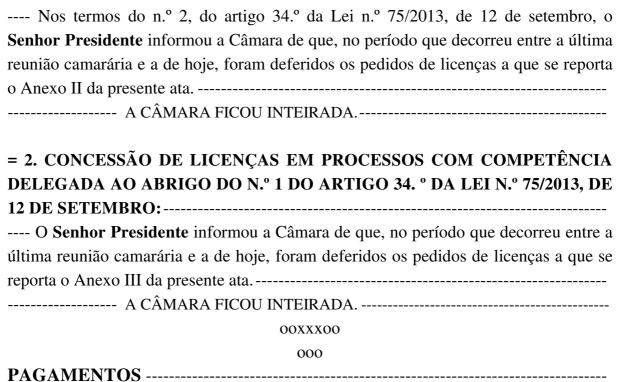
Freguesia de Seiça, deste Concelho) que manifestou não querer intervir, por se encontrar a aguardar a realização da hasta pública agendada para a presente reunião. -- ooxxxoo





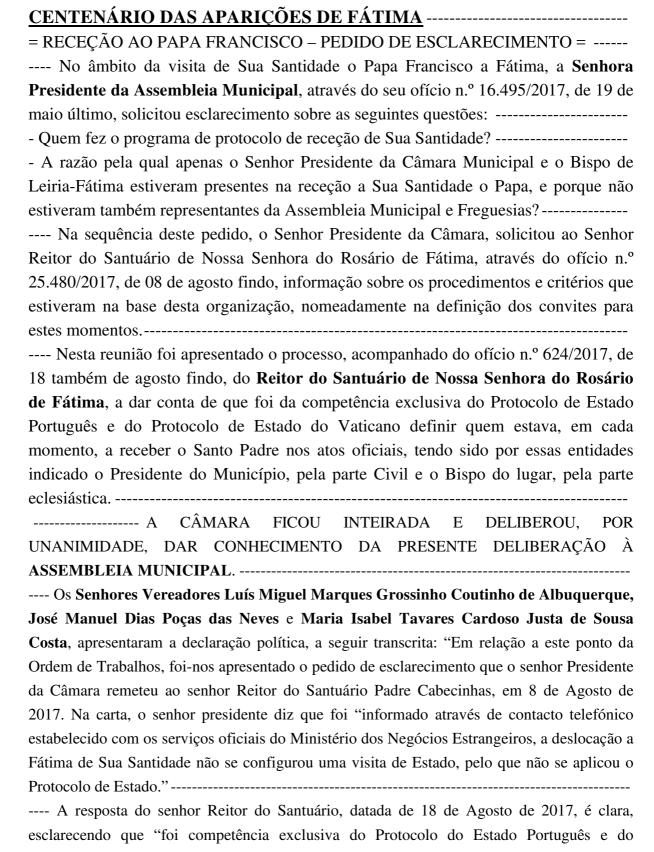


OU CONSERVAÇÃO, BEM COMO APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS PROJETOS, NOS TERMOS DA LEI: ------

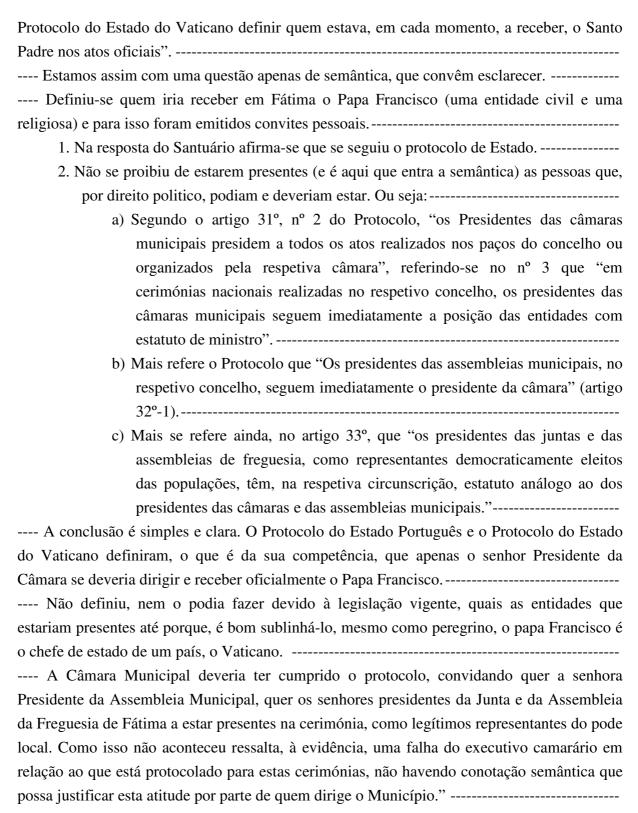


---- O Senhor Presidente informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 18 e 31 de agosto findo, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.729.862,58€: 1545, 2445, 2498, 2499, 2506 a 2554, 2557 a 2562, 2564 a 2607, 2609 a 2616, 2618 a 2638, 2644 a 2649, 2651 a 2666, 2669, 2670, 2672/1, 2672/2, 2672/3, 2672/4, 2672/5, 2672/6, 2672/7, 2672/8, 2672/9, 2672/10, 2673/1, 2673/2, 2673/3, 2673/4, 2673/5, 2673/6, 2673/7, 2673/8, 2673/9, 2674/1, 2674/2, 2674/3, 2674/4, 2674/5, 2674/6, 2674/7, 2674/8, 2674/9, 2675/1, 2675/2, 2675/3, 2675/4, 2675/5, 2675/6, 2675/7, 2675/8, 2676/1, 2676/2, 2676/3, 2676/4, 2676/5, 2676/6, 2676/7, 2676/8, 2676/9, 2677/1, 2677/2, 2677/3, 2677/4, 2677/5, 2678/1, 2678/2, 2678/3, 2678/4, 2678/5, 2678/6, 2678/7, 2679/1, 2679/2, 2679/3, 2679/4, 2679/5, 2679/6, 2679/7, 2679/8, 2680/1, 2680/2, 2680/3, 2680/4, 2680/5, 2681/1, 2681/2, 2681/3, 2681/4, 2681/5, 2681/6, 2681/7, 2682/1, 2682/2, 2682/3, 2682/4, 2682/5, 2683/1, 2683/2, 2683/3, 2683/4, 2684/1, 2684/2, 2684/3, 2684/4, 2684/5, 2685/1, 2685/2, 2685/3, 2685/4, 2685/5, 2685/6, 2685/7, 2685/8, 2686/1, 2686/2, 2686/3, 2686/4, 2686/5, 2686/6, 2686/7, 2686/8, 2686/9, 2687/1, 2688/1, 2689/1, 2689/2, 2689/3, 2690/1, 2690/2, 2690/3, 2691 a 2728, 2732 a 2734, 2736 a 2750 e 2752 a 2757.-----



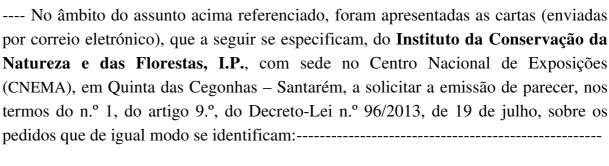


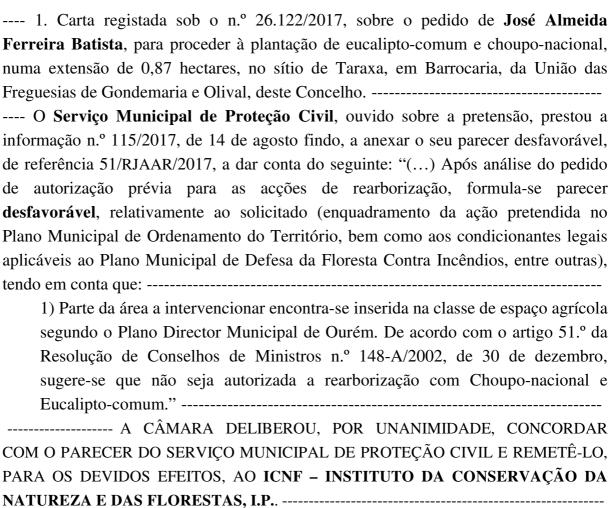






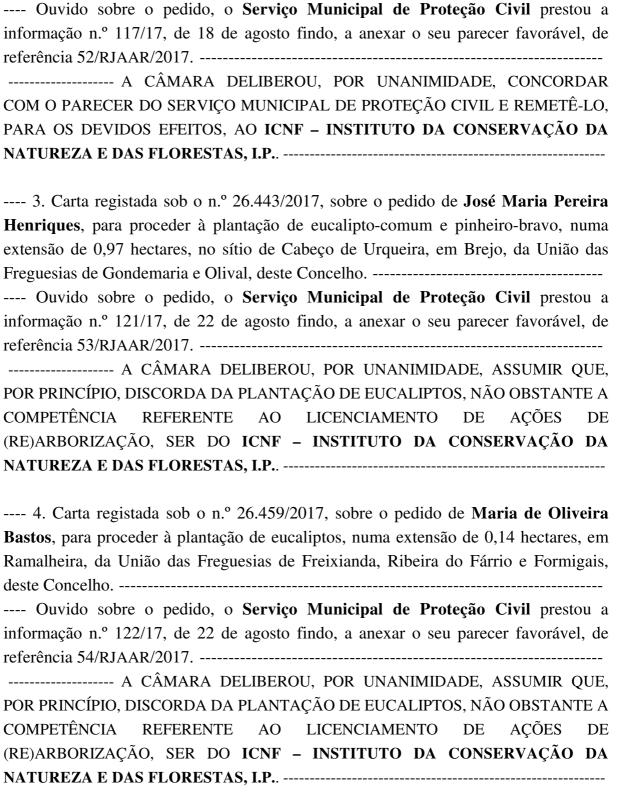
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO -----





---- 2. Carta registada sob o n.º 26.232/2017, sobre o pedido de **Carlos Manuel da Fonseca Ribeiro**, para proceder à plantação de cerejeira-brava, numa extensão de 0,53 hectares, em Casais Carcavelos, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho. ------



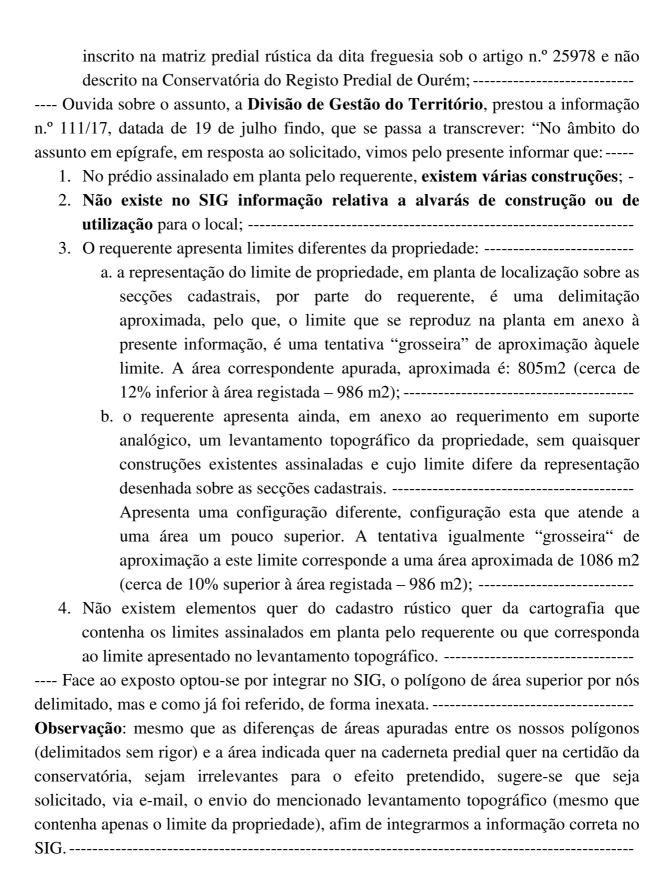




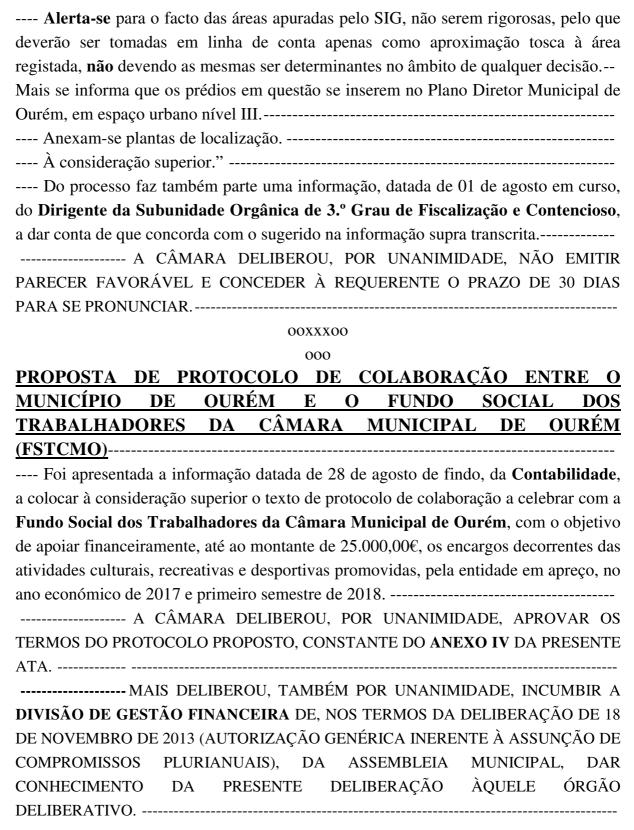
AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES OU CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)------

- - Prédio rústico composto por terra de semeadura, sito em Algar d'Era, limite de Maxieira, da Freguesia de Fátima, do Concelho de Ourém, com a área de 986 m², a confrontar a norte com Luís Miguel Martins Pires, a sul com estrada, a nascente com Joaquim Pereira Cerejo e a poente com Augusto Santos Batista,



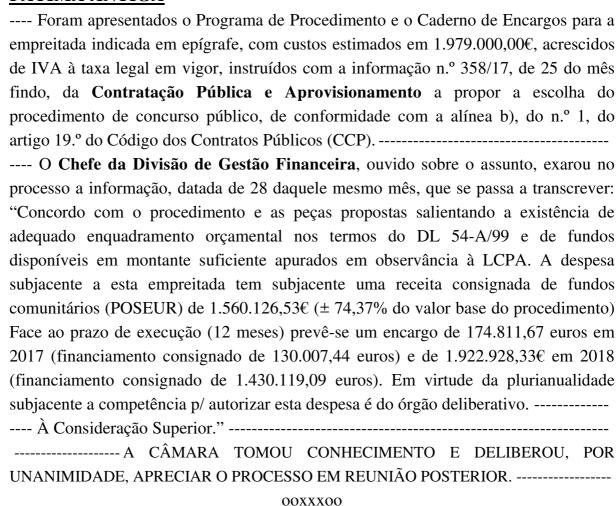








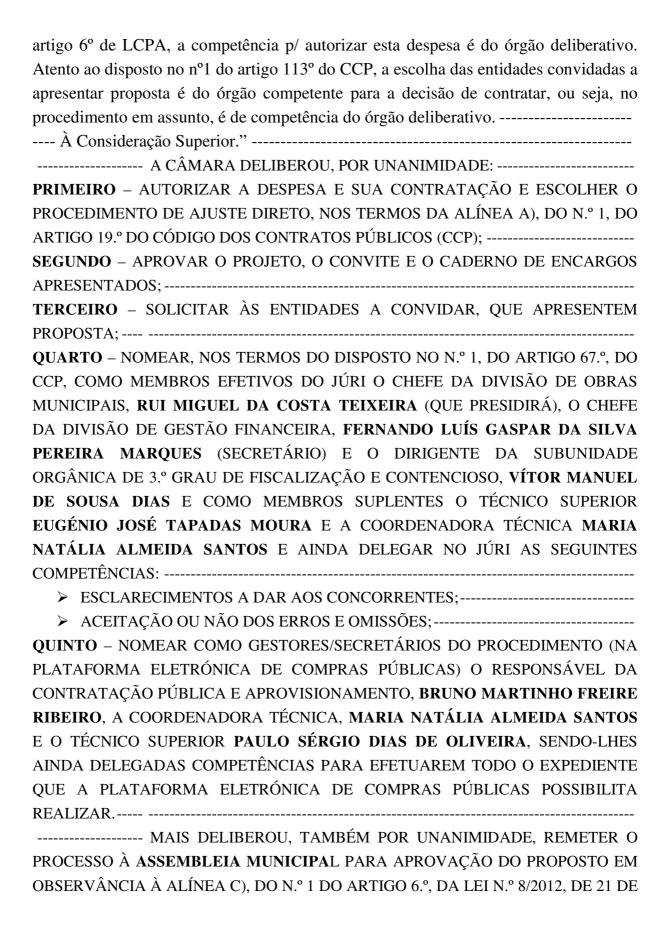
P148/2017 – REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE FÁTIMA, CASA VELHA, EIRA DA PEDRA E FÁTIMA ANTIGA-----



000

<u>"P149/2017 – REQUALIFICAÇÃO DA EB1 DO CERCAL"</u> -----

---- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, exarou no processo a informação, datada de 28 daquele mesmo mês, que se passa a transcrever: "Concordo com o procedimento e as peças propostas. Salienta-se que a despesa prevista (149.192,09 euros) incide em 2018, pelo que em observância à alínea a) do



FEVEREIRO E AO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 113.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS. ---------- Os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, apresentaram a declaração política, que se passa a transcrever: "Vem a esta reunião de Câmara a proposta para a realização de um Ajuste Direto "P149/2017 - Requalificação da EB1 do Cercal, cujo preço base importa em 140.747,25 euros, excluindo o IVA. ---------- Neste mesmo processo é referido que devemos: --------- 1° Aprovar o Projeto ---------- 2º Autorizar a despesa e sua contratação ---------- 3º Aprovar o Caderno de Encargos e o Convite--------- 4º Indicar as entidades a convidar --------- 6º Nomear os respetivos Gestores de Procedimento/Secretariado---------- Foi-nos disponibilizada a lista de empresas a consultar.--------- Começa a ser recorrente este estratagema de lançamento de procedimentos de obras para execução em anos seguintes, sem qualquer justificação para o timing em que é apresentado, e que apenas se entendem como fins meramente eleitoralistas. --------- Também estranhamos que tendo em conta os valores previstos para esta empreitada, o executivo socialista, que tanto tem recorrido aos ajustes diretos em regime simplificado, nem sempre devidamente explicados, como é o caso de diversos requerimentos apresentados e que nunca foram respondidos, tenha optado por lançar o procedimento desta forma. --------- Os Vereadores da Coligação Ourém Sempre votam FAVORAVELMENTE este processo."----ooxxxoo

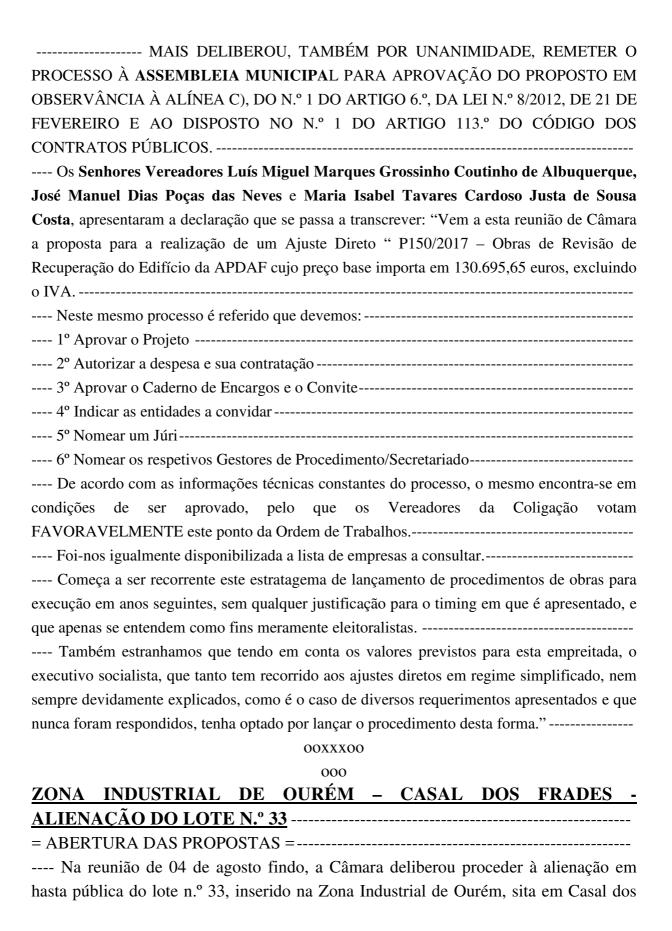
000

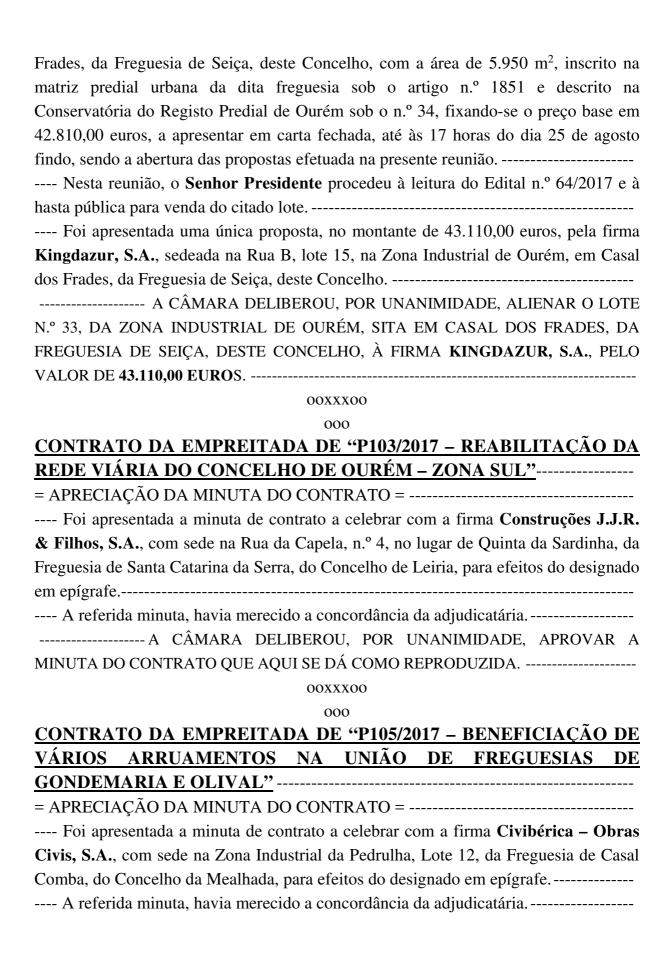
"P150/2017 – OBRAS DE REVISÃO DE RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO DA APDAF" -----

---- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, exarou no processo a informação, datada daquele mesmo dia, que se passa a transcrever:

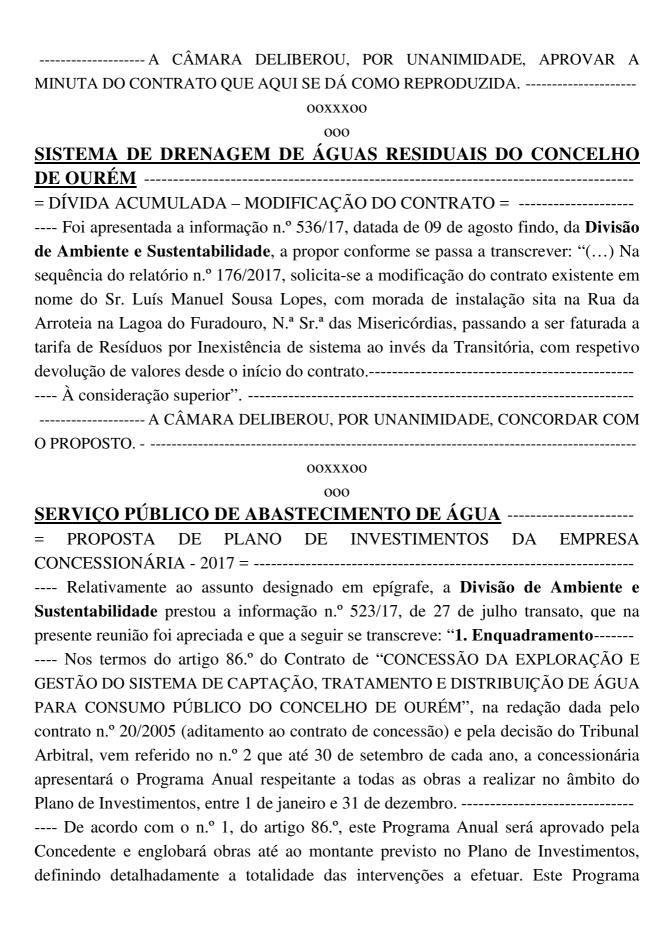
"Salienta-se que a despesa prevista incide em 2018, pelo que em observância à alínea c) do artigo 6.º da LCPA, a competência p/ autorizar esta despesa é do órgão deliberativo. Atento ao disposto no n.º 1 do artigo 113.º do CCP, a escolha das entidades convidadas a apresentar proposta é do órgão competente para a decisão de contratar, ou seja, no procedimento em assunto, é da competência do órgão deliberativo. ---------- À Consideração Superior." ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – AUTORIZAR A DESPESA E SUA CONTRATAÇÃO E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO, NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ARTIGO 19.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP); ------SEGUNDO - APROVAR O PROJETO, O CONVITE E O CADERNO DE ENCARGOS APRESENTADOS; ------TERCEIRO – SOLICITAR ÀS ENTIDADES A CONVIDAR, QUE APRESENTEM PROPOSTA; ----QUARTO - NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1, DO ARTIGO 67.º, DO CCP, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI O CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, RUI MIGUEL DA COSTA TEIXEIRA (QUE PRESIDIRÁ), O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, FERNANDO LUÍS GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES (SECRETÁRIO) E O DIRIGENTE DA SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO, VÍTOR MANUEL DE SOUSA DIAS E COMO MEMBROS SUPLENTES O TÉCNICO SUPERIOR EUGÉNIO JOSÉ TAPADAS MOURA E A COORDENADORA TÉCNICA MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS E AINDA DELEGAR NO JÚRI AS SEGUINTES COMPETÊNCIAS: ------➤ ESCLARECIMENTOS A DAR AOS CONCORRENTES;------> ACEITAÇÃO OU NÃO DOS ERROS E OMISSÕES; ------QUINTO - NOMEAR COMO GESTORES/SECRETÁRIOS DO PROCEDIMENTO (NA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS) O RESPONSÁVEL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO, A COORDENADORA TÉCNICA, MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS E O TÉCNICO SUPERIOR PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA, SENDO-LHES AINDA DELEGADAS COMPETÊNCIAS PARA EFETUAREM TODO O EXPEDIENTE QUE A PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS POSSIBILITA REALIZAR.----













Anual considera-se tacitamente aprovado se decorridos 60 dias, contados da data de entrega da proposta, a Concedente não se tiver pronunciado (cf. n.º 4, do artigo 86.º). ----- O Plano de Investimentos deve obedecer ao previsto no Anexo E2, do contrato de concessão, incluindo alterações que venham a ser acordadas nas revisões periódicas, estando a responsabilidade da concessionária limitada aos montantes globais e anuais previstos no anexo referido, mesmo no caso de ocorrerem valores diferentes na fase de adjudicação das obras (cf. artigo 85.°). ---------- Os montantes dos Plano de Investimentos são atualizáveis anualmente em janeiro de cada ano com base na variação do IPC verificada nos últimos 12 (doze meses), tomando como valor de referência o IPC relativo ao mês de outubro de 2004 (cf. artigo 85.°). --------- A primeira proposta da empresa concessionária foi entregue no dia 20 de outubro. Contudo, uma vez que o PI de 2016 não estava estabilizado e existiam novas obras para executar, somente nesta fase é que é possível avançar com uma proposta de Plano de Investimentos estabilizada. ---------- Assim sendo, a presente informação corresponde à análise da proposta remetida no email registo n.º 2017/3762, de 24 de julho de 2017.--------- 2. Análise da Proposta de Plano de Investimentos – 2017/3762 (24 de julho de 2017)--------- 2.1 Investimentos Previstos no Contrato - De acordo com o Anexo E2, do contrato de concessão, referente ao Plano de Investimento, em 2015, 2016 e 2017 estava previsto executar as seguintes obras:-----

Tabela 1: Obras do Anexo E2 -----

Obras previstas no Anexo E-2					
Sistema	Designação	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total acumulado a 2017
		pc 2004 - preços constantes de 2004 (€)			pc 2004 (€)
Olival	Reservatório da Achada:				
	1xCaptação Achada		67 249		
	1xPT		67 000		
	Rede + Hidropressores - remanescente da obra da Leirislena	148 000			
Rio de Couros	Reservatório do Estreito		115 257		
	2xCaptações Estreito			163 000	
	1xPT			75 000	
Caridade	Reservatório São Gens		242 949	242 949	
	Captações Caridade - Substituição das existentes		40 000		
	Rede de distribuição para Ourém + Olaia + Peras Ruivas			187 500	



Total	148 000	532 455	668 449	1 348 904

<u>2.2 Ponto de Situação do PI</u> – No quadro seguinte é possível visualizar o ponto de situação relativo ao Plano de Investimentos de 2015 e 2016, com os comentários de Be Water

Tabela 2: Ponto de Situação do Plano de Investimentos ------

Obras Propostas ao município	de Ourém - versão	revista	Ponto de situação relativo à concretização das obras previstas realizar em 2016 – Informação Be Water
ao abrigo do ponto 3 do artigo 85.º do Aditamento ao Contrato de Concessão	Ano 2015/2016		
	pc 2004 (€)	preços correntes (€)	preços correntes (€)
Captação Pairia - 2015	23 342	27 676	
Reservatório do Estreito	115 257	137 528	le, pf, o nosso mail datado de 22 de maio ultimo, relativo à condicionantes para a construção do novo reservatório em São Gens, e para o qual solicitamos a Vossa melhor atenção. E juntamos, em anexo, o cronograma macro, relativo à construção dos reservatórios do Estreito e de São Gens.
Recuperação de 4 Captações em exploração	40 523	48 353	Obra de recuperação do AC1 e AC3, em fase final de execução; valor total=14.940€. Obra de recuperação do AC2 e AC4, prevista concluir até final de agosto; valor total=22.504€.
1x Captação nova	34 248	40 866	Só será executada, se alguma das obras de recuperação das captações AC2, AC3 e/ou AC4 não tiver sucesso. Valo estimado da obra=26.200€.
Remodelação da rede de abastecimento de água - Avenida D. Nuno Álvares Pereira - Ourem (A)	0	0	Aguardamos a sua execução.
Rede adutora Pairia-Alto das Pinheiras + EE Alto das Pinheiras-Achada + Rede adutora Alto das Pinheiras-Achada+Ligações do reservatório da Achada-Rede de distribuição	185 834	220 802	Esta obra, em fase final de Projeto, é essencial para iniciarmos a exploração do reservatório da Achada, que irá ser fundamental na gestão do abastecimento de água ao sistema do Olival. Valor estimado = 282.504€
Estrada da Mata	281 250	320 843	Estrada da Mata - aguarda Auto de Medição final: valor adjudicado=122.915,25€;
Café Buraca - Estrada da Caridade/Estrada da Mata (B)			Estrada do Ribeirinho (Café Buraca) - obra iniciada a 24 do maio. Valor adjudicado=65.398€;
Rua Principal - Fontainhas de Seiça + Hidropressor			Rua Principal - Fontainhas de Seiça + Hidropressor - Processo de Concurso submetido a aprovação do Município de Ourém, a 25 de maio de 2017. Valor estimado=79.602€;
Avenida Beato Nuno - McDonalds		14 752	Executado em dezembro de 2016.
Total 2015	23 342	27 676	
Total 2016	657 113	783 145	
Total (2015-2016)	680 455	810 821	

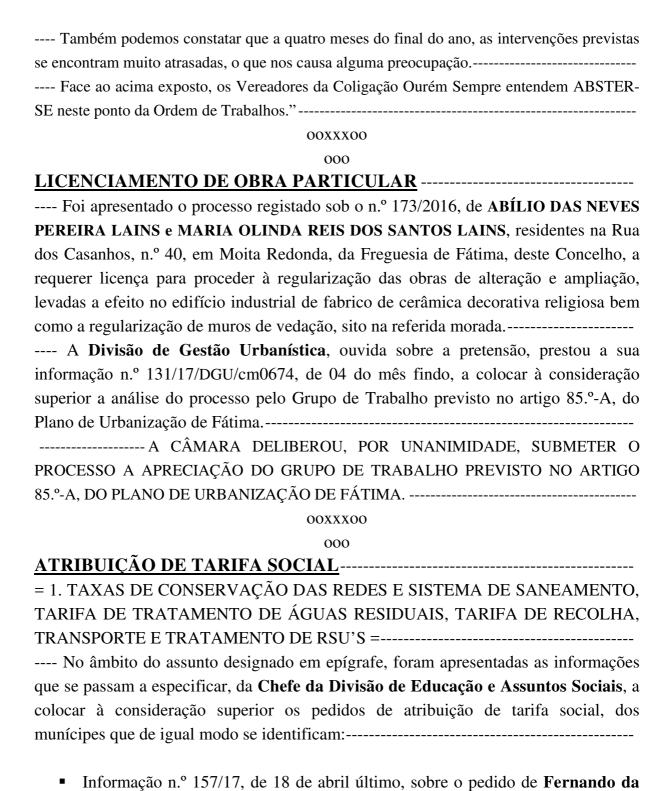


---- <u>2.3 Proposta de Plano de Investimentos para 2017</u> – No quadro seguinte é possível visualizar a proposta de Plano de Investimentos de 2017, com os comentários de Be Water. -----

Tabela 3: Proposta de Plano de Investimentos para 2017 ------

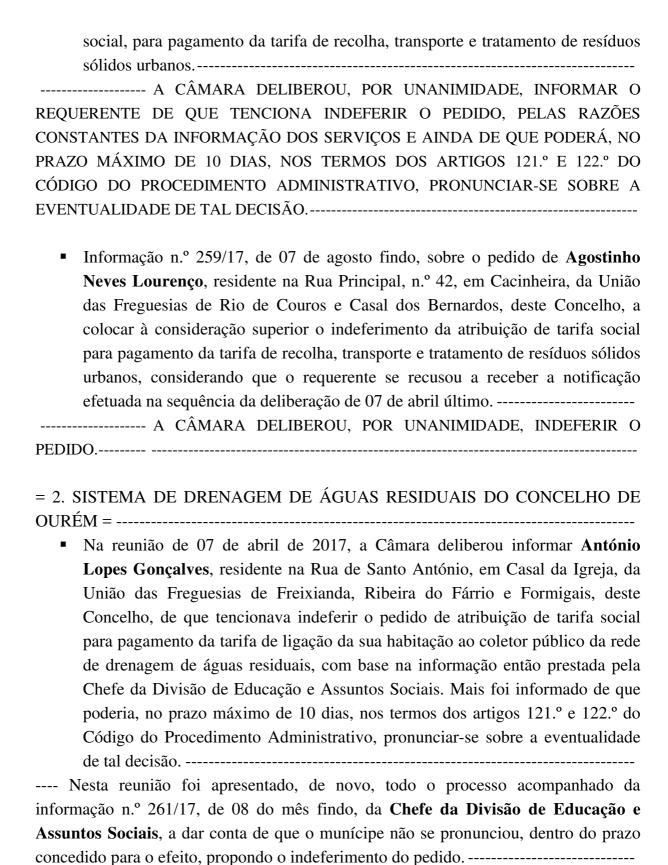
Proposta de Investimentos para o ano de 2017, revisto de acordo com a solicitação do Município de Ourém							
ao abrigo do ponto 2 do Artigo 86.º do Aditamento ao Contrato de Concessão	Ano 2017		Justificações				
	pc 2004 (€)	preços correntes (€)					
Reservatório São Gens	485 898	582 859	Vide, pf, o nosso mail datado de 22 de maio ultimo, relativo às condicionantes para a construção do novo reservatório em São Gens, e para o qual solicitamos a Vossa melhor atenção. Aumento da capacidade de reserva para fazer face à regularização das necessidades de volumes (nomeadamente, caudais de ponta) solicitados pela cidade de Ourém, às necessidades de fornecimento de água à zona de abastecimento do Castelo de Ourém (incluindo Vilar dos Prazeres) e às necessidades de fornecimento de água à zona de influência do reservatório da Olaia.				
Rede de distribuição para Ourém + Olaia + Peras Ruivas	127 127	152 495	O projeto global inclui a renovação da rede de distribuição na Avenida D. Nuno Álvares Pereira (A), a renovação da rede de distribuição no troço "Café Buraca" - Estrada da Mata da Caridade (B), e a renovação da rede adutora de fornecimento de água que ligará o novo reservatório de São Gens à conduta adutora que abastece de água o reservatório da Lourinha e o reservatório da Carapita, e a renovação da rede adutora/distribuidora que abastece o reservatório da Olaia. Deste valor de obra (estimado) excluem-se os troços (A) e (B). A execução do troço (A) é da inteira responsabilidade do Município de Ourém e a execução do troço (B) está concluído. Esta obra só se concluirá em 2018, porque o Município de Ourém sugeriu executarem-se duas obras em Fátima (Av. Jacinta Marto e Av. Beato Nuno) e a Avaliação dos Recursos Hídricos, de Ourém.				
Renovação parcial da rede de abastecimento de água à Av. Jacinta Marto	30 644	36 759	Estas obras foram sugeridas pelo Município de Ourém.				
Remodelação da conduta de água e dos ramais domiciliários – Av. Beato Nuno (Troço - Rua das Terras Novas - Rua da Padroeira)	20 883	25 050	Estas obras foram sugeridas pelo Município de Ourém.				
Avaliação dos Recursos Aquíferos do Município de Ourem	3 897	4 675	Estas obras foram sugeridas pelo Município de Ourém. Estudo com longevidade de 1 ano.				
	668 449	801 839					

ponderar sobre medidas a tomar, uma vez que as captações de água da Caridade já apresentam quebras significativas, resultado possivelmente da seca que se está a atravessar que não permite a recarga dos aquíferos. --------- <u>2.5 Atualização de valores</u>--------- Os valores apresentados nos quadros são a preços constantes de 2004. Tal como já foi referido, os montantes dos Plano de Investimentos são atualizáveis anualmente em janeiro de cada ano com base na variação do IPC verificada nos últimos 12 (doze meses), tomando como valor de referência o IPC relativo ao mês de outubro de 2004 (cf. artigo 85.°). ---------- Deste modo procedeu-se à atualização dos valores em causa, com os índices no Instituto Nacional de Estatística, através do simulador existente no site deste instituto, tendo-se obtido os valores de investimentos apresentados nos quadros, a preços correntes. --------- Deste modo o valor total de investimento para 2017 será de **801.839,00€**, valor devidamente confirmado pelos serviços municipais. --------- 3. Conclusão ---------- Face ao referido solicita-se a aprovação do Plano de Investimentos para 2017 no montante de 801.839,00€, valor que resulta das atualizações dos montantes de previstos no Anexo E2 do contrato de Concessão num total de 668.449,00€, salientando-se que já estão em andamento várias operações para o desenvolvimento do Plano. ---------- À c.s."---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA DE PLANO DE INVESTIMENTOS APRESENTADA. --------- Abstiveram-se os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, que apresentaram a declaração de voto, que se reproduz na íntegra: "Vem a esta reunião de Câmara a proposta do Plano de Investimentos da empresa concessionária para o ano de 2017 referente ao serviço público de abastecimento de água. --------- Após uma análise atenta do processo que nos foi disponibilizado, verificamos que o mesmo foi iniciado já há alguns meses, conforme troca de correspondência, entre o Município e a empresa concessionária, a que tivemos acesso, pelo que estranhamos que só agora venha para aprovação. ---------- Quanto às intervenções referenciadas, não nos é apresentada qualquer justificação para a escolha das mesmas à exceção da prevista para a Avenida D. Nuno Álvares Pereira, em Ourém. -----

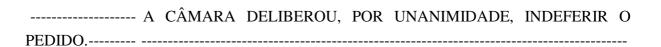


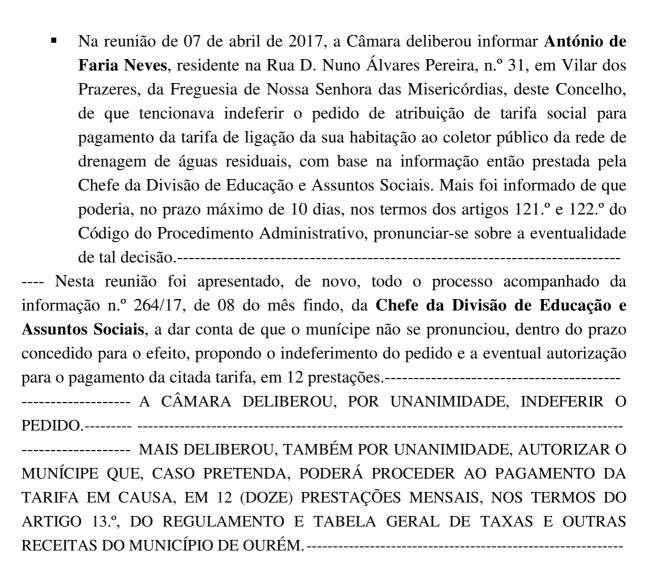
Silva Pereira, residente na Rua do Outeiro, n.º 8, no lugar de Barrocaria, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho, a propor, por motivos que especifica, a intenção de indeferimento da atribuição de tarifa



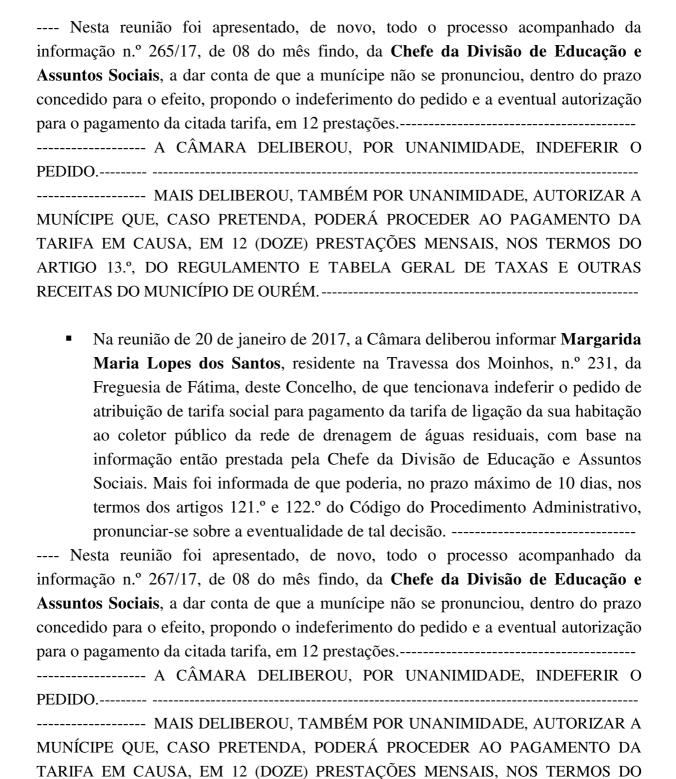












ARTIGO 13.°, DO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OURÉM.-----



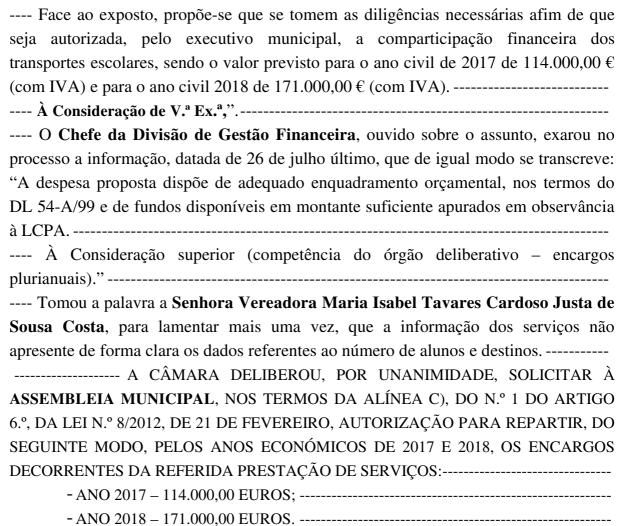
TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS -----= PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA ACUMULADA = ---------- Na reunião de 07 de abril último, a Câmara deliberou informar **Beatriz dos Santos** Reis Gomes, residente na Estrada do Lago, n.º 6, em Alqueidão, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, de que, no âmbito das tarifas acima mencionadas, tencionava indeferir o pedido de anulação da dívida acumulada do seu pai José Rosário Reis e ainda de que poderia, no prazo máximo de 10 dias, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, pronunciar-se sobre a eventualidade de tal decisão. Mais foi informada de que caso concordasse com o pagamento da dívida acumulada, a mesma poderia ser efetuada em 12 (doze) prestações mensais, nos termos do disposto no artigo 13.º do Regulamento e Tabela de Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo acompanhado da informação n.º 266/17, de 08 do mês findo, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais, a dar conta de que a munícipe não se pronunciou, dentro do prazo concedido para o efeito, propondo o indeferimento do pedido e a eventual autorização para o pagamento da citada tarifa, em 12 prestações.----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INDEFERIR O ----- MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR O PAGAMENTO DA TARIFA EM CAUSA, EM 12 (DOZE) PRESTAÇÕES MENSAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 13.º, DO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OURÉM. ----ooxxxoo 000 TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2017/2018 -----

= ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO = -----

---- No âmbito do assunto mencionado em epígrafe, foi apresentada a informação n.º 213/17, de 07 de junho transato, da **Divisão de Educação e Assuntos Sociais**, que a seguir se reproduz na íntegra: "Para o ano letivo 2017-2018 e tendo em conta as regras estabelecidas pela DGESTE para a reorganização da Rede Escolar bem como a previsão dos alunos fornecida pelos agrupamentos de escolas do concelho, prevê-se a necessidade de implementar o transporte, através da rede de transportes públicos, de vários alunos do Ensino Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, tendo em conta que o Município não dispõe de veículos suficientes para suportar o número de alunos a transportar ao abrigo do ponto 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei 299/84, de 5 de

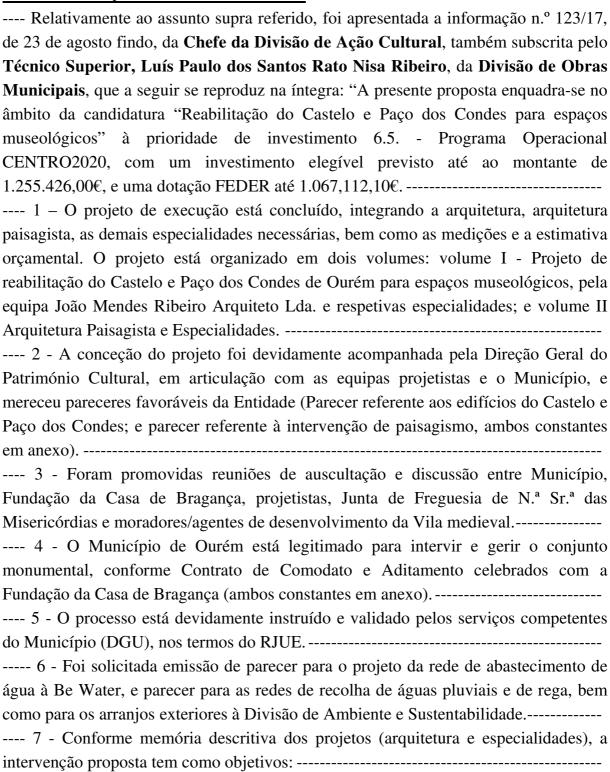


	2017	2018	
Entidade prestadora	Entidade prestadora Montante despesas		Montante Total
Rodoviária do Tejo	114.000,00€	171.000,00€	285.000,00€

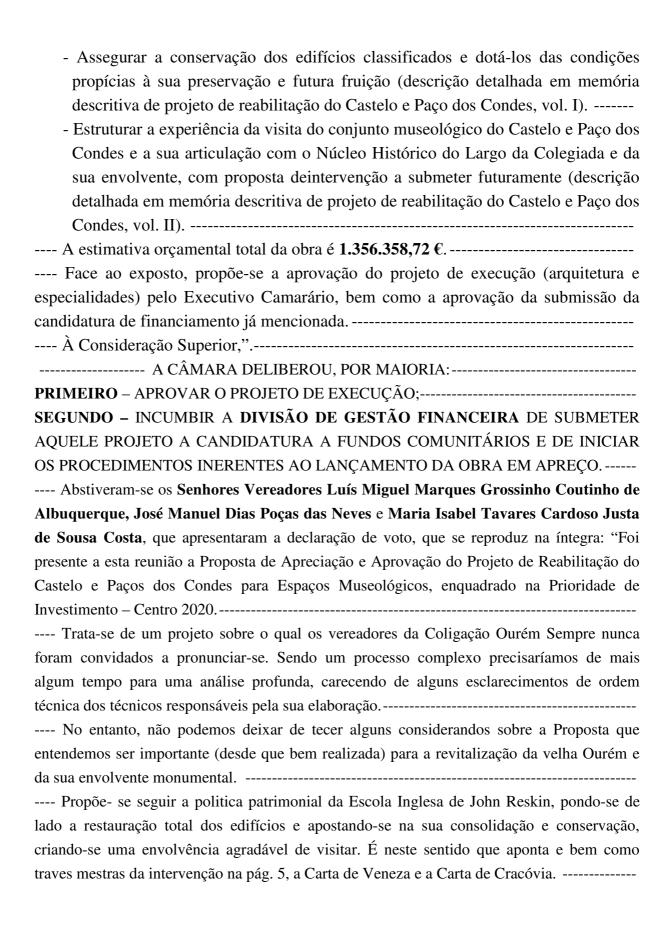


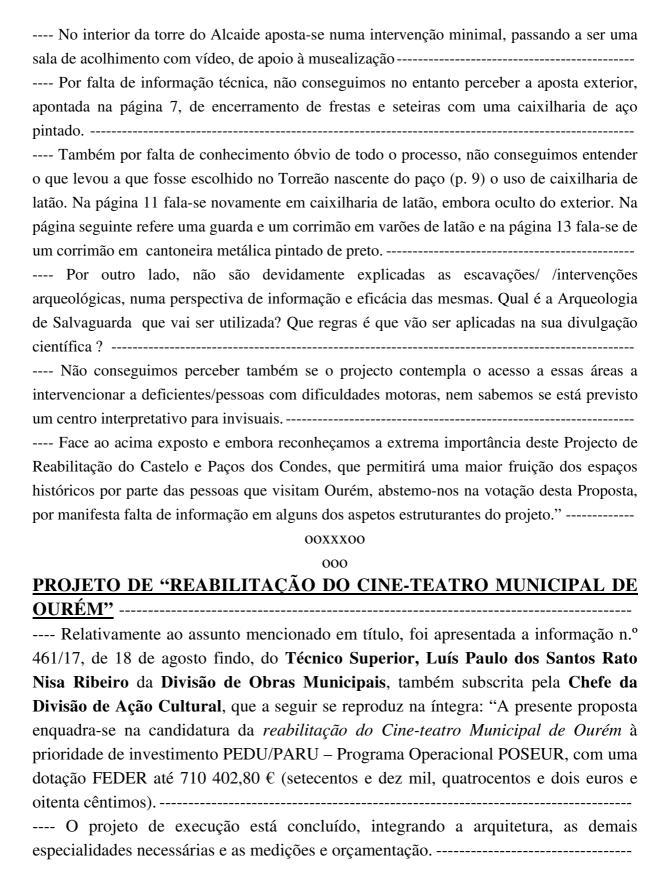


PROJETO DE REABILITAÇÃO DO CASTELO E PAÇO DOS CONDES PARA ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS ------





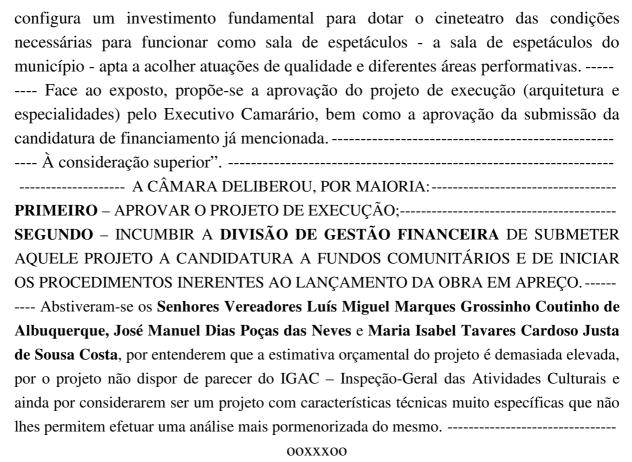






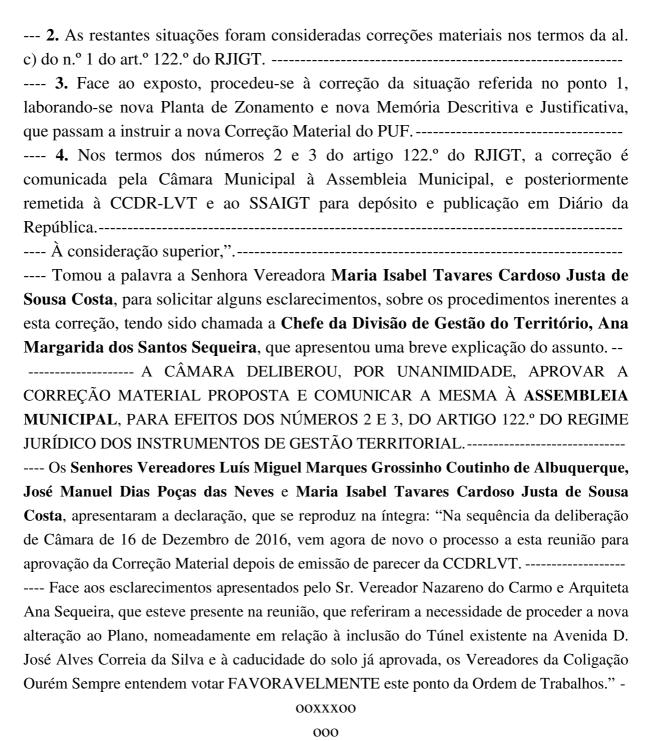
---- Conforme memória descritiva, o projeto (arquitetura e especialidades) visa solucionar um conjunto de requisitos técnicos e funcionais necessários ao funcionamento pleno e legal deste recinto de espetáculos (nomeadamente no que toca ao auditório e caixa de palco), numa relação de compromisso com as contingências do edifício pré-existente e com o princípio de racionalidade financeira. ---------- A intervenção projetada traduz-se sobretudo no seguinte: ------ Reabilitação da envolvente exterior do edifício e substituição dos sistemas de cobertura; ------ Remodelação dos espaços relativos à sala de espetáculos, áreas sociais e de apoios; - Alteração e ampliação da caixa de palco e área de camarins, com a criação de acesso direto exterior para cargas e descargas;------ Adaptação da área do piso -1 para as instalações sanitárias e acesso (mobilidade) à plateia; ------ Reconfiguração da sala polivalente no piso 1, tornando-a mais ampla e infraestruturada; ------ Implementação dos sistemas de mobilidade através da instalação de meios mecânicos (elevadores nas áreas comuns e de camarins/palco) que permitam a acessibilidade total ao edifício;------ Redefinição dos sistemas de segurança, em especial os caminhos de evacuação, com a introdução de duas novas saídas de emergência na plateia e uma no palco, de acesso direto ao exterior. --------- A conceção do projeto foi devidamente acompanhada pela Inspeção-Geral das Atividades Culturais (IGAC), em articulação com a equipa projetista e o Município, e o pedido de emissão de parecer foi submetido formalmente à respetiva entidade, conforme cópia de documento em anexo, que permite dar início aos procedimentos de candidatura.---------- O processo está devidamente instruído e validado pelos serviços competentes do Município, nos termos do RJUE. Há algumas notas de pormenor a considerar nas especialidades de Drenagem de Águas Pluviais e Drenagem de Águas Residuais, não sendo expectável que impliquem a alteração do valor estimado para a empreitada. Essas alterações serão introduzidas nos elementos de concurso, não justificando o adiar da aprovação do processo pela Câmara Municipal e permitindo dar sequência à tramitação da candidatura.--------- A estimativa orçamental total da obra é de 2 094 028,12 € (dois milhões, noventa e quarto mil e vinte e oito euros, e doze cêntimos). De acordo com a equipa projetista e dadas as especificidades técnicas associadas a este tipo de equipamentos culturais,





CORREÇÃO MATERIAL AO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE FÁTIMA



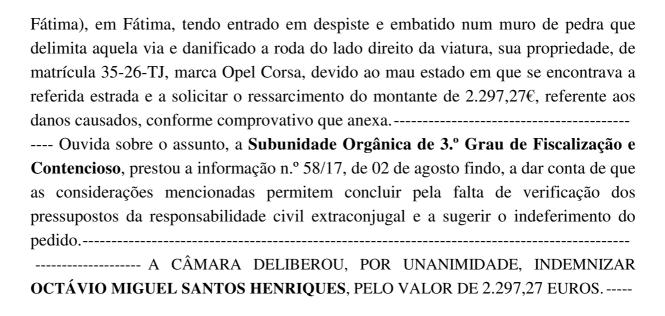


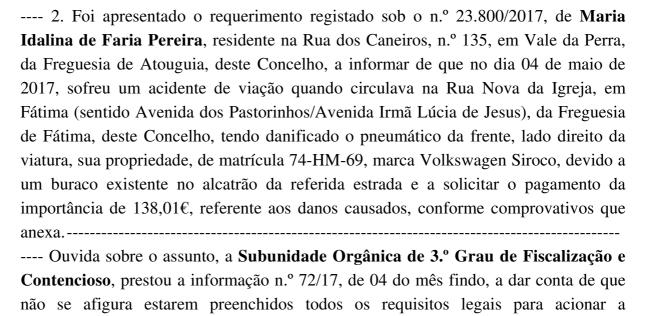
ACIDENTES DE VIAÇÃO -----

= PEDIDOS DE INDEMNIZAÇÃO = -----

---- 1. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 25.481/2016, de Octávio Miguel Santos Henriques, residente na Rua São João de Eudes, n.º 107, Lote 4, 2.º direito, em Fátima, deste Concelho, a informar de que no dia 23 de agosto de 2016, sofreu um acidente de viação quando circulava na Estrada da Ramila (sentido Sobral-

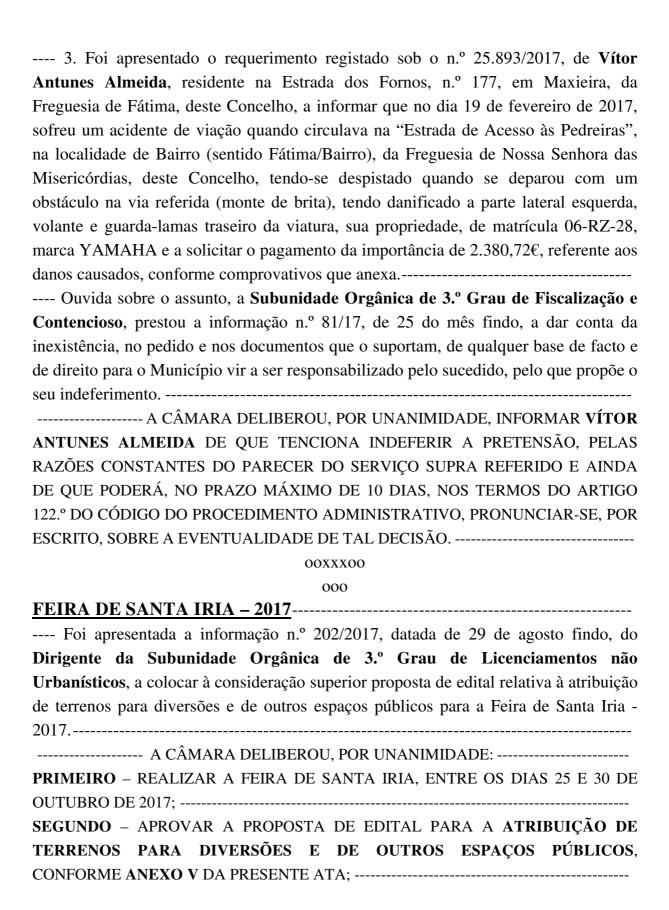




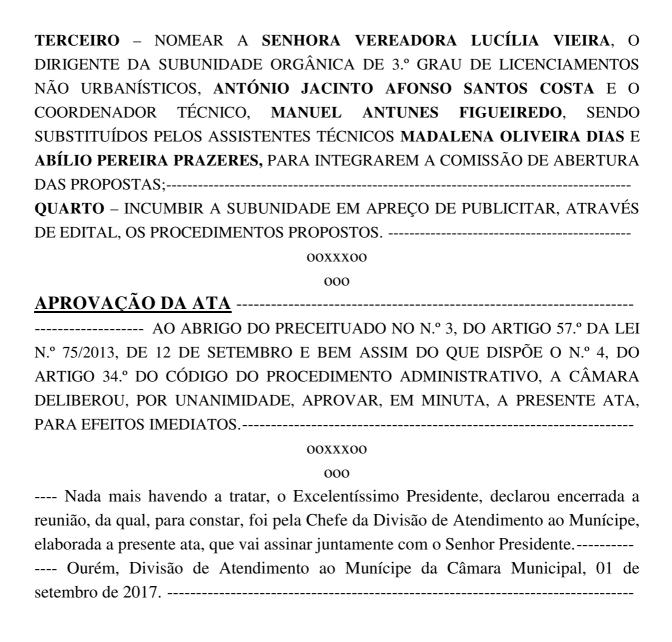


responsabilidade civil extracontratual do Município na produção dos danos reclamados









O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 01/09/2017

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

= Centenário das Aparições de Fátima – Receção ao Papa Francisco – Pedido de esclarecimento – Ofício n.º 16.645/2017, de 19 de maio transato da Assembleia Municipal.

1.3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 26.122/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de José Almeida Ferreira Batista;
 - 2. Carta registada sob o n.º 26.232/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Carlos Manuel da Fonseca Ribeiro;
 - 3. Carta registada sob o n.º 26.443/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de José Maria Pereira Henriques;
 - 4. Carta registada sob o n.º 26.459/2017, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Maria de Oliveira Bastos.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

2.1. EXPEDIENTE

- = Ampliação do número de compartes:
 - Requerimento registado sob o n.º 25.380/2017, de Maria Rosa da Costa Frazão Oliveira, sobre prédio sito na Rua das Quingostas – Quinta da Lourinha, em Lourinha – Nossa Senhora da Piedade;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 25.627/2017, de Marta Batista Pires, sobre prédio sito em Algar d'Era Maxieira Fátima.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= Proposta de protocolo de colaboração entre o Município de Ourém e o Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ourém (FSTCMO) – Informação datada de 28 de agosto corrente, da Contabilidade.

3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = "P148/2017 Redes de drenagem de águas residuais na Freguesia de Fátima Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima antiga" Informação n.º 358/17, datada de 25 de agosto em curso, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);
- = "P149/2017 Requalificação da EB1 do Cercal" Informação n.º 359/17, datada de 25 de agosto em curso, da CPA;



= "P150/2017 – Obras de revisão de recuperação do edifício da APDAF" – Informação n.º 361/17, datada de 29 de agosto em curso, da CPA.

3.2. PATRIMÓNIO

- = Zona Industrial de Ourém Casal dos Frades Alienação do Lote 33 Abertura das propostas;
- = "103/2017 Reabilitação da rede viária do Concelho de Ourém Zona Sul" Apreciação da minuta do contrato;
- = "105/2017 Beneficiação de vários arruamentos na União das Freguesias de Gondemaria e Olival" Apreciação da minuta do contrato.

4. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Sistema de drenagem de águas residuais do Concelho de Ourém Dívida acumulada Modificação do contrato Informação n.º 536/17, datada de 09 de agosto corrente, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
- = Serviço público de abastecimento de água Proposta de Plano de Investimentos da empresa concessionária 2017 Informação n.º 523/17, de 27 de julho último, da Chefe da DAS.

5. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

= Licenciamento de obra particular – Processo registado sob o n.º 173/2016, de Abílio das Neves Pereira Lains e Maria Olinda dos Reis Santos Lains, instruído com a informação n.º 131/17/DGU/cm0674, de 04 de agosto em curso.

6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Atribuição de tarifa social:
 - 1. Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - Informação n.º 157/17, de 18 de abril transato, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
 - Informação n.º 259/17, de 07 de agosto em curso, da Chefe da DEAS;
 - 2. Sistema de drenagem de águas residuais do Concelho de Ourém:
 - Informação n.º 261/17, de 08 de agosto em curso, da Chefe da DEAS;
 - Informação n.º 264/17, de 08 de agosto em curso, da Chefe da DEAS;
 - Informação n.º 265/17, de 08 de agosto em curso, da Chefe da DEAS;
 - Informação n.º 267/17, de 08 de agosto em curso, da Chefe da DEAS;
- = Tarifa de resíduos sólidos urbanos Pagamento em prestações da dívida acumulada Informação n.º 266/17, de 08 de agosto em curso, da Chefe da DEAS;
- = Transportes escolares Ano letivo 2017-2018 Alunos do Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico Informação n.º 213/17, de 07 de junho último, da DEAS.

7. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = Projeto de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes para Espaços Museológicos Informação n.º 123/17, datada de 23 de agosto em curso, da Chefe da Divisão de Ação Cultural, também subscrita pelo Técnico Superior, Luís Paulo dos Santos Rato Nisa Ribeiro, da Divisão de Obras Municipais;
- = Projeto de "Reabilitação do Cine-Teatro Municipal de Ourém" Informação n.º 461/17, datada de 18 de agosto em curso, da Divisão de Obras Municipais, também subscrita pela Chefe da Divisão de Ação Cultural.



8. DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

= Correção material ao Plano de Urbanização de Fátima – Informação n.º 73/17, de 18 do mês findo, da Chefe da Divisão de Gestão do Território.

9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Acidentes de viação Pedidos de indemnização:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 25.481/2016, de Octávio Miguel Santos Henriques, sobre acidente ocorrido na Estrada da Ramila em Fátima, no dia 23/08/2016;
 - 2. Carta registada sob o n.º 23.800/2017, de Maria Idalina de Faria Pereira, sobre acidente ocorrido na Rua Nova da Igreja Fátima, no dia 04/05/2017;
 - 3. Requerimento registado a sob o n.º 25.893/2017, de Vítor Antunes Almeida, sobre acidente ocorrido na Estrada de Acesso Pedreiras, em Bairro Nossa Senhora das Misericórdias, no dia 19/02/2017.

10. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

= Feira de Santa Iria – 2017 – Informação n.º 202/17, de 29 de agosto em curso, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos não Urbanísticos.

Câmara Municipal de Ourém, 29 de agosto de 2017

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 18-08-2017 a 31-08-2017

Processo nº	Requerente	Local		
1310/2017	Adélia Gameiro Marques	Rua Principal n.º 84, União das Freguesias de Freixianda, R.F. e Formigais		
1385/2017	Adelino Marques das Neves	Rua do Vale Madeiro – Freguesia de Urqueira		
1441/2017	Ana Filipa Marques da Silva	Rua do Valverde – Freguesia de Rio de Couros e Casal dos Bernardos		
1301/2017	António Antunes da Silva	Freguesia de Fátima		
3879/2007	António Manuel Santos Heleno	Avenida D. José Alves Correia da Silva - Lote 6 - Freguesia de Fátima		
1415/2017	Carla Alexandra dos Santos Pereira	Quinta do Feto – Freguesia de N.ª S.ª da Piedade		
1312/2017	Casildo Quintino dos Santos Neto	Rua do Colégio de S. Miguel – Freguesia de Fátima		
736/2017	Faustino Ferreira dos Santos	Rua do Centro, n.º153 - Freguesia Matas e Cercal		
844/2017	Fernando Marques Malho	Rua das Eiras, 375 – freguesia de Espite		
1408/2017	Gabriel marques Gameiro	Beco do Valinho do Rei, nº 22- Freguesia de Caxarias.		
201/2015	Hélder de Sousa Ubaldo	Rua Fonte da Caldeireira – Freguesia de Fátima		
846/2017	Holyfátima – Exploração Turística	Rua de S Vicente Paulo, n.º 38 - Freguesia de Fátima		
963/2017	José Carreira Silva Costa	Rua Nova Igreja - Freguesia de Fátima		
411/2017	Luciana Isabel Santos Reis	Rua n ^a S. ^a de Lurdes - Freguesia de N. ^a S. ^a das Misericórdias		
1303/2017	Manuel Antunes da Silva	Freguesia de Fátima		
1331/2017	Manuel Ribeiro Caetano	Rua Anjo de Portugal, n.º 30 - Freguesia de Fátima		
1481/2017	Moisés & Jorge - Comercio de automóveis, Lda.	Rua do Carrascal- Freguesia de Alburitel		
1482/2017	Moisés & Jorge - Comercio de automóveis, Lda.	Rua do Carrascal- Freguesia de Alburitel		
1373/2017	Rui Pedro Marto Pereira e Outros	Rua Principal, nº 109 – Moimento, Freguesia de Fátima		
1257/2017	Sérgio Manuel Lopes Amaro	Rua dos Caneiros – Freguesia Atouguia		
1208/2017	Sónia Margarida dos Santos Ribeiro	Rua do Capucho –U. das Freguesias de Gondemaria e Olival		



1235/2017	TMG – Residência para Séniores, Lda.	Casais da Caridade – freguesia de N.ª S.ª da Piedade
350/2016	Virgílio da Silva Reis	Estrada de Leiria, n.º 117 - Cova da Iria - Freguesia de Fátima
3191/1986	Vítor Carlos Marques Dinis	Rua da Charneca - Giesteira - Freguesia de Fátima

Ourém 01 de setembro de 2017

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 18/08/2017 a 01/09/2017

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
26253	Centro Social das Matas	Prova Desportiva
26387	Assoc. Desp. E Cultural do Vale do Porto	Prova Desportiva
26455	Rancho Folclórico "os Camponeses"	Licença de Ruído
26981	Condomínio do Edifício Villa Jardim	Inspeção de Elevadores
26983	Condomínio do Edifício Villa Jardim	Inspeção de Elevadores
26991	Condomínio do Edifício Inside 79	Inspeção de Elevadores
26830	Assoc. H. Bombeiros Voluntários de Caxarias	Peditório
26786	Congregação das irmãs Rep. Na Sa de Fátima	Inspeção de Elevadores
26784	Congregação das irmãs Rep. Na Sa de Fátima	Inspeção de Elevadores
26914	Manuel das Neves Santos	Inspeção de Elevadores

Ourém, 01 de setembro 2017

Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos,

Despacho 32/2017, de 2017/abril/07)



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O FUNDO SOCIAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM (FSTCMO)

PREÂMBULO

Considerando que:

- O Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ourém é uma associação sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, legalmente constituída;
- 2. A associação mencionada no número anterior prevê estatutariamente, nos seus objetivos, particularmente na alínea e) do artigo 3.º, a colaboração com o Município de Ourém na dinamização de atividades e serviços dirigidos aos associados;
- 3. Os municípios dispõem de atribuições no domínio da cultura, bem como dos tempos livres e desporto, de acordo com as alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;
- 4. Os municípios podem conceder apoios financeiros ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos trabalhadores do município, tendo como objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares;
- 5. O Decreto-Lei 13/2011, de 25 de janeiro, regula a transferência de verbas a efetuar pelas autarquias locais, para as instituições constituídas por trabalhadores municipais, estabelecendo, no seu artigo 5.º, que estas não podem exceder 3,5% das remunerações e pensões, respetivamente, dos trabalhadores inscritos na instituição beneficiária da transferência, sendo este limite apurado anualmente, considerando o montante ilíquido multiplicado por 12 meses;
- 6. Tendo por referência as remunerações ilíquidas ocorridas no mês de agosto de 2017 dos trabalhadores do município, o limite de apoio anual situa-se na ordem dos 94,7 mil euros (apuramento que não inclui as remunerações ilíquidas dos aposentados e



dos trabalhadores da empresa municipal OURÉMVIVA – Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. que são associados);

7. O bom desempenho e sucesso dos serviços municipais, a par das condições de trabalho e do com ambiente organizacional, também são determinantes os fatores que contribuem para a qualidade de vida dos colaboradores e familiares, particularmente as atividades culturais, recreativas e desportivas promovidas pela instituição de trabalhadores, circunstância que permite um incremento da partilha e do espírito de equipa.

Pelo exposto e nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE – Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém, representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

SEGUNDO OUTORGANTE – Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ourém (FSTCMO), pessoa coletiva com o NIPC 501 441 581, com sede na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém, representado neste ato por Luís Paulo Santos Rato Niza Ribeiro na qualidade de Presidente, com poderes para outorgar o ato.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Âmbito)

O presente protocolo visa estabelecer as formas de colaboração e atuação recíprocas entre o Município de Ourém e o Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ourém (FSTCMO), e regular, nos termos da legislação aplicável, a subvenção do Município de Ourém.



CLÁUSULA 2.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes das atividades culturais, recreativas e desportivas promovidas pelo FSTCMO no ano económico de 2017 e primeiro semestre de 2018.

CLÁUSULA 3.ª

(Apoio financeiro)

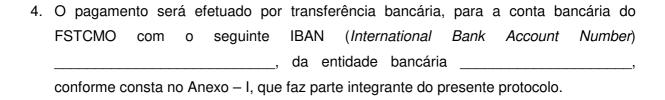
- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 25.000,00€ (Vinte e Cinco Mil Euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 4.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 6.000 euros em setembro de 2017;
 - b. 13.000 euros em dezembro de 2017;
 - c. 3.000 euros em fevereiro de 2018;
 - d. 3.000 euros em maio de 2018.
- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.





CLÁUSULA 5.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.

CLÁUSULA 6.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato;
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.



CLÁUSULA 7.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação no evento a promover do apoio técnico e financeiro concedido pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O acompanhamento e controlo do presente protocolo de comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.



CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte, com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto nas Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municinal:	



O presente protocolo de colaboração comp	reende folhas às quais se juntamfolhas
respeitantes aos Anexos, que irão ser rubrica	adas pelos Outorgantes, à exceção da folha,
em virtude de conter as assinaturas dos mes	mos.
Celebrado aos	, em dois exemplares de igual teor e
validade, destinando-se cada um deles aos s	
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
	i olo cogullac catoligamo,
De la Marada Hananda Officia 5	L (a Dayle Ocales Data Nije Dibe)
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonceca	Luíe Paulo Santoe Rato Niza Ribeiro



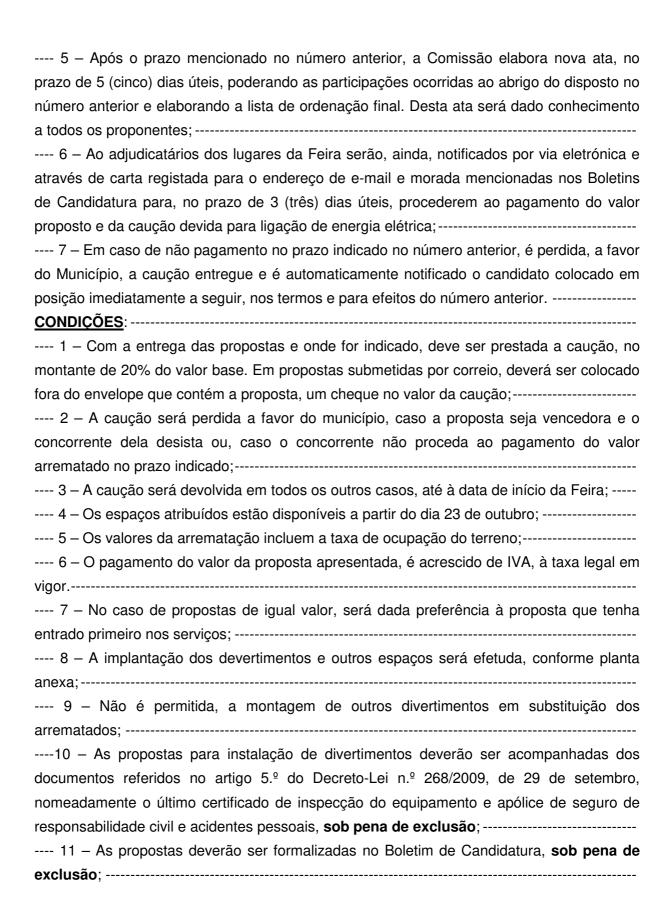
EDITAL N.º /2017

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca, Presidente da Câr	nara I	Municipal	de
Ourém torna público, nos termos legais que, a Câmara Municipal, em 0	1 de :	setembro	de
2017, deliberou proceder à elaboração do presente edital para atribuição	de te	errenos pa	ara
diversões e de outros espaços para a FEIRA DE SANTA IRIA, que se ira	á reali	izar entre	os
dias 25 e 30 de outubro do corrente ano, mediante apresentação de pro	posta	s, de acor	ďo
com as bases de licitação e cauções, cujos valores a seguir se indicam			
BASES DE LICITAÇÃO/CAUÇÕES			
INSTALAÇÃO DE DIVERSÕES DESTINADAS A ADULTOS, CRIANÇ	AS O	U OUTRA	۱S,
JOGOS COM E SEM PRÉMIOS:			
■ Pista de Automóveis de Adultos	- Base	e: 2.500,00	0€
Caução de 250,00€ para consumo de energia			
Caução de 20% do valor base, perdida em caso de desistência	após	abertura	de
propostaspropostas			
■ Carrossel de Adulto	Ba	se: 500,00	0 €
Caução de 100,00€ para consumo de energia			
Caução de 20% do valor base, perdida em caso de desistência	após	abertura	de
propostas			
■ Pista de Comboio Infantil	Ba	se: 400,00	0 €
Caução de 50,00€ para consumo de energia			
Caução de 20% do valor base, perdida em caso de desistência	após	abertura	de
propostas			
■ Pista de Barcos Infantil	Ba	se: 200,00	0 €
Caução de 50,00€ para consumo de energia			
Caução de 20% do valor base, perdida em caso de desistência	após	abertura	de
propostas			
■ Pista de Aviões Infantil	Ba	se: 200,00	0 €
Caução de 50,00€ para consumo de energia			
Caução de 20% do valor base, perdida em caso de desistência	após	abertura	de
propostas			
Carrossel Infantil	Ba	se: 250,00	0 €
Caucão de 50.00€ para consumo de energia			

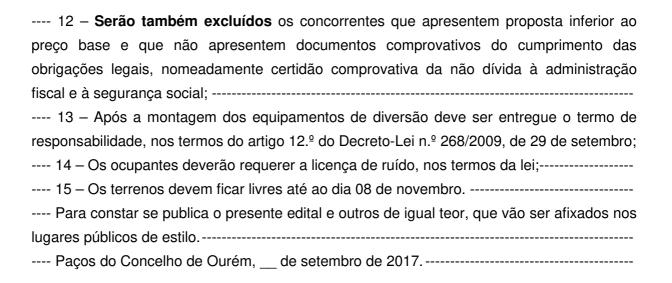


Caução de 20% do valor base, perdida em caso de desistência após abertura de
propostaspropostas
■ Pista de Automóveis InfantisBase: 750,00
Caução de 50,00€ para consumo de energia
Caução de 20% do valor base, perdida em caso de desistência após abertura de
propostaspropostas
■ Outros Divertimentos para Adultos Base: 1.000,00
Caução de 20% do valor base, perdida em caso de desistência após abertura de
propostaspropostas
INSTALAÇÃO DE COMIDAS E BEBIDAS:
■ Lugar de FarturasBase:25.00 € por di
■ BarBase:35.00 € por dia
■ Lugar de Pão com chouriçoBase:30.00 € por di
■ Outros (comidas)Base:50.00 € por dia
INSTALAÇÃO AMOVÍVEIS DE VENDA DE CASTANHAS, ALGODÃO DOCE
PIPOCAS, BALÕES E OUTROS ARTIGOS:
■ Lugar ou carrinhoBase:10.00 € por di
PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS: As propostas serão entregues no Balcão
Único da Câmara Municipal de Ourém, até às 15.00 horas do dia 25 de setembro, en
sobrescrito fechado e lacrado com identificação do interessado e do espaço que pretende
ocupar (tipo de divertimento ou outros)
<u>ANÁLISE DAS PROPOSTAS</u> :
1 - As propostas serão analisadas pela Comissão nomeada para o efeito, no prazo de
(cinco) dias úteis após o término do prazo para a sua receção;
2 - Após a análise das propostas, a Comissão elabora a respetiva ata com intenção de
adjudicação, onde são ordenadas as candidaturas recebidas e, na qual serão elencadas a
eventuais candidaturas a excluir, não garantindo, nesta fase a participação de qualque
candidato;
3 - As propostas serão ordenadas de acordo com o valor de pagamento proposto mai
elevado;
4 – Da ata será dado conhecimento a todos os proponentes, por via eletrónica e atravé
de carta registada para o endereço de e-mail e morada mencionadas nos Boletins de
Candidatura, podendo pronunciar-se sobre o mesmo no prazo de 3 (três) dias úteis.
pronúncia poderá somente ocorrer sobre os motivos de exclusão, não sendo admitida
alterações às propostas apresentadas nem a junção de documentos ou elementos em falta;









O Presidente da Câmara,

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca